



www.iese.ac.mz

A Experiência da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) em Moçambique

Rogério Ossemane

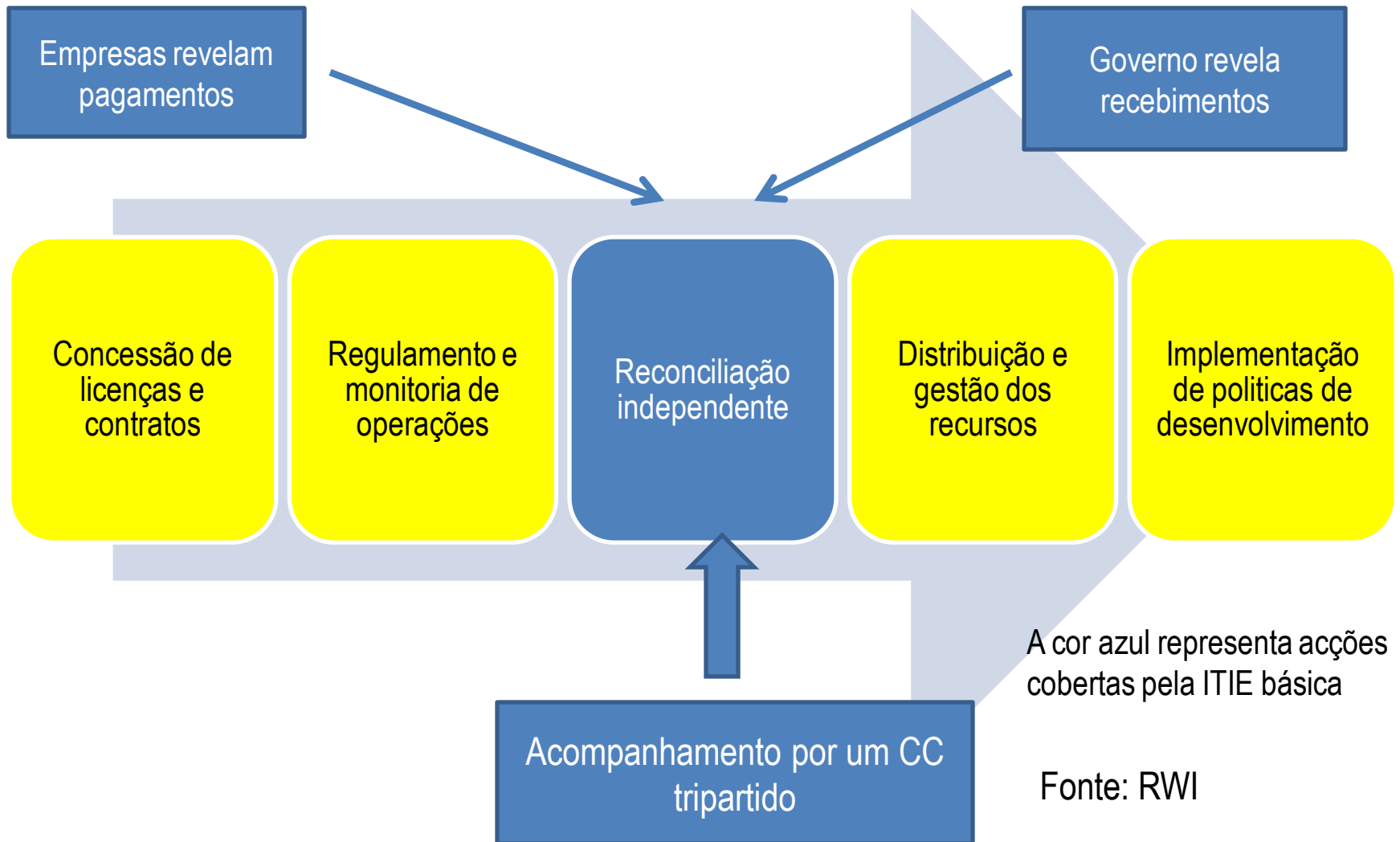
3ª Conferencia Internacional sobre Monitoria e Advocacia da Governação

Maputo, 06 de Novembro de 2012

Introdução: porque é importante falar de ITIE?

- Resulta da constatação de que muito países ricos em recursos naturais não foram capazes de transformar essa riqueza em desenvolvimento amplo.
- A ITIE é uma iniciativa de promoção da transparência na exploração de recursos naturais como um instrumento para promover a sua boa gestão. O PARP (2011-2014) menciona a ITIE como um instrumento para a boa gestão dos recursos naturais de forma a aumentar o seu aproveitamento para a economia nacional e comunidades locais.
- A ITIE faz a verificação dos recebimentos do governo provenientes do sector extractivo.
- É implementada por um grupo tripartido: Governo, Empresas e Sociedade Civil
- Até que ponto a ITIE responde aos desafios de transparência para melhor aproveitamento dos recursos naturais para o desenvolvimento?

A ITIE básica dentro da cadeia dos recursos para o desenvolvimento



A ITIE Básica: Reduzir desvios para aumentar fundos disponíveis para financiar o desenvolvimento

- Em que fases acontecem os desvios de receita pública? Quem beneficia dos desvios?

Fases	Beneficiários
Assinatura dos contratos	Empresas e agentes do (ou com influência no) governo
Declaração da matéria tributável	Empresas e agentes do governo
Pagamentos	Empresas
Recebimentos	Agentes do governo
Implementação da despesa pública	Agentes do governo



A implementação da ITIE em Moçambique

- Estatuto de país candidato atribuído em Maio de 2009
- Produção do primeiro relatório de reconciliação em Janeiro de 2011 e o segundo em Março de 2012
- Decisão do primeiro processo de validação: progressos significativos
- Pleno cumpridor em Outubro de 2012

A relevância da ITIE depende de contextos específicos

Evidencia a nível internacional de que países cumpridores continuam com elevado níveis de corrupção e incapazes de traduzir a riqueza em recursos naturais em desenvolvimento amplo. Recomendação para que os países caminhem para além da ITIE básica para que a Iniciativa responda aos desafios específicos mais relevantes em cada contexto. A ITIE providencia o fórum para o diálogo e a plataforma para mudanças mais amplas.

Pagamentos totais e por categoria de pagamento efectuados pelas empresas do sector extractivo ao Estado em 2008 e 2009 (MZN)

Categorias de Pagamentos	2008	2009
Pagamentos totais	529.666.233	1.273.878.459
Total de Pagamentos directos das empresas	269.533.416	551.170.153
<i>IRPC</i>	70.378.722	95.068.563
<i>Imposto sobre a produção pago em dinheiro</i>	96.315.552	54.725.413
<i>Imposto sobre produção pago em espécie</i>	93.024.000	101.759.490
<i>Imposto de superfície</i>	9.815.142	15.864.288
<i>Licenças</i>	0	11.576.080
<i>Dividendos</i>	0	11.200.325
<i>Fundo de capacitação institucional</i>	nd	91.328.899
<i>Fundo de contribuições sociais</i>	nd	67.675.155
<i>Contribuições sociais</i>	nd	101.971.940
Total de pagamentos indirectos (por via) das empresas	260.132.817	722.708.306
<i>Retenções na fonte</i>	106.493.522	454.194.875
<i>IRPS</i>	153.639.295	268.513.431

Em 2009 os pagamentos directos das empresas representaram menos de 1% das receitas do Estado.

Estrutura da retenção de receitas de exportação de dois projectos pela economia nacional em 2009 (como % das receitas de exportação)

	Kenmare	Sasol	Total
Receitas de Exportação (US\$ milhões)	45,3	123,3	168,6
Pagamentos totais como percentagem do valor das exportações	7,6%	7,1%	7,2%
Pagamentos directos das empresas	2,5%	6,4%	5,4%
Pagamentos indirectos (por via) das empresas	5,1%	0,7%	1,8%

Evolução da retenção de receitas de exportação pela economia nacional entre 2008 e 2009, considerando apenas as empresas em fase de produção e categorias de pagamentos incluídas em ambos relatórios

	Kenmare e Sasol 2008	Kenmare e Sasol 2009
Receitas de Exportação (US\$ milhões)	178,0	168,6
Pagamentos realizados como percentagem do valor das exportações	4.8%	3.5%

Pagamentos totais e por categoria de pagamento efectuados pelas empresas do sector extractivo em 2008 e 2009, considerando apenas as empresas e categorias de pagamentos incluídas em ambos relatórios (MZN)

Categorias de Pagamentos	2008	2009	Variação
Total de pagamentos	529.666.233	464.893.721	-12%
Total de pagamentos directos das empresas	269.533.416	202.506.457	-25%
<i>IRPC</i>	70.378.722	38.704.866	-45%
<i>Imposto sobre produção (em dinheiro)</i>	96.315.552	51.390.943	-47%
<i>Imposto sobre produção em espécie</i>	93.024.000	101.759.490	9%
<i>Imposto de superfície</i>	9.815.142	4.202.929	-57%
<i>Licenças</i>	0	5.000	
<i>Dividendos</i>	0	6.443.229	
Total de pagamentos indirectos (por via) das empresas	260.132.817	262.387.264	1%
<i>Retenções na fonte</i>	106.493.522	82.982.007	-22%
<i>IRPS</i>	153.639.295	179.405.257	17%

Fonte: Ossemane, R. (2012). É a ITIE relevante para melhorar a gestão dos recursos naturais em Moçambique? Uma análise crítica da experiência in Desafios para Moçambique 2012

Leitura da informação

- Pequeno contributo fiscal directo das empresas e decrescente contributo directo médio por empresa;
- Ou seja, os ganhos da exploração dos recursos naturais ficam maioritariamente nas mãos das empresas e o Estado recebe montantes irrisórios. Por cada 1.000 dólares que a Sasol e Kenmare exportaram em 2009, 946 dólares ficaram com as empresas (para pagar os seus custos de capital e operacionais, lucros e dividendos) e apenas 54 dólares foram pagos por estas empresas ao Estado;
- Relativamente maior esforço fiscal dos trabalhadores em relação ao capital;
- Reduzido contributo fiscal devido ao regime fiscal excessivamente generoso e práticas de *mispricing* não controladas pelo governo. Estes dois aspectos desviam muito mais recursos dos cofres do Estado do que a não declaração de recebimentos por parte do governo (fase monitorada pela ITIE)
- Tomando como exemplo apenas uma empresa, a Sasol PT, a perda de receita fiscal devido a benefícios por via do IRPC superam as discrepâncias encontradas no sector em mais de 32 vezes.
- O pagamento do imposto sobre a produção em dinheiro e em especie (valorizado pelo valor unitário das exportações) em 2009 caiu em 40% em relação a 2008 quando as receitas de exportação de gás e condensado caíram em 20%. Se o imposto sobre a produção tivesse caído na mesma proporção das exportações, o valor pago pela Sasol seria 8 vezes superior ao total da discrepância encontrada no sector extractivo.

Como a ITIEM responde aos desafios impostos por uma economia de natureza extractiva?

•A ITIE permite obter informação sobre o contributo do sector extractivo para economia e se os pagamentos feitos pelas empresas de facto chegaram aos cofres do Estado. Entretanto, não permite saber se as empresas pagaram o que deveriam ter pago e qual o destino dados a esses pagamentos. Estes aspectos são fundamentais na distribuição dos ganhos da actividade extractiva.

•Portanto, a ITIE não aborda as questões mais relevantes relacionadas com o desvio de fundos dos cofres do Estado e com a socialização dos ganhos da actividade extractiva. A ITIE:

- Não controla a transparência no processo de atribuição de licenças e uso de recursos (infra-estruturas, água, terra, energia);
- Não controla se o governo fez um bom negócio (termos do contrato);
- Não controla se as empresas pagam o que devem (sub-declaração da matéria tributável ou não pagamento do devido de acordo com o regime fiscal e matéria tributável declarada);
- Não controla o uso dos fundos gerados pelo sector; e
- Não está ligado a nenhum mecanismo de responsabilização.

•Os desvios de recursos mais relevantes são realizados pela facilitação redundante e fraco monitoramento da extracção e exportação da riqueza do país pelas companhias privadas sem devida consideração pela partilha ampla dos ganhos. Esta partilha pode ser feita através de ligações produtivas, emprego, fiscais e sobretudo pelo uso das rendas geradas no sector para diversificação da base produtiva e de comércio.

•Esta natureza extractiva da economia, que é reforçada pela implementação das políticas públicas, resulta em ganhos reduzidos para o Estado e, portanto, os incentivos para a corrupção serão concentrados nas fases onde é possível realizar ganhos pessoais mais elevados: na apropriação dos recursos para aliança com o capital externo, na negociação de obrigações reduzidas para com o Estado, na sub-declaração das riquezas exploradas, e na afectação das despesas públicas.

•O cometimento do governo em relação a transparência para boa gestão dos recursos naturais deve se concentrar nestas fases. O secretismo em relação a estes processos não beneficia os interesses de desenvolvimento alargado. O desenvolvimento alargado deve ser prioridade do governo e não das empresas, portanto o governo deve ser impulsionador deste tipo de transparência.

Obrigado

- Rogerio.ossemane@iese.ac.mz
 - www.iese.ac.mz